

PROUDHON CONTEMPORAIN

JOURDAIN, Édouard (2018) - Proudhon Contemporain.
CNRS Editions : Paris.

Virgílio Rapaz

Universidade Lusíada de Lisboa

Em 2018, ano de tão apregoadas celebrações em honra de Marx – no bi-centenário (1) do seu nascimento – Édouard Jourdain deu à estampa a presente obra, visando salientar a relevância do pensamento de Proudhon para a análise e solução dos problemas contemporâneos.

Um texto com estas características é bem-vindo num mundo editorial, que, em contexto de continuação da querela “*filosofia da miséria/miséria da filosofia*”, privilegia, claramente, o segundo autor. “*L’hégémonie marxiste a ... contribué à forger la légende d’un Proudhon petit-bourgeois et utopiste* (2) » (Jourdain, 2018, Pg. 6).

Estilo declaração de interesses, recordo que Rapaz (2010) tentara reequilibrar este enviesamento, procurando contrariar o apoucamento de Proudhon pelas hostes marxistas. Curiosa coincidência: a parte final desse ensaio intitula-se, como que numa premonição, “*Proudhon hoje*”.

As credenciais de É. Jourdain testemunham a sua adequação à realização da tarefa. Doutorada em Ciência Política e Filosofia, o autor é especialista do pensamento libertário e da história do anarquismo, com particular incidência nas contribuições de Pierre-Joseph Proudhon. Da sua vasta bibliografia, saliente-se “*Proudhon, Dieu et la Guerre*” (2006), “*Proudhon, un socialisme libertaire* » (2009) e « *L’Anarchisme* » (2013).

Professor de Filosofia Política, o seu livro, ora em apreciação, dirige-se, preferencialmente, a um público distinto do universo dos economistas. Não obstante, cremos que, embora com naturais dificuldades de penetração, dada a sua especializada riqueza conceptual, os leitores mais habituais desta Revista ganharão em contactar com a abundância das reflexões disponibilizadas.

Nesse sentido, talvez seja interessante ter presente que Proudhon, para além das frases-choque e das polémicas às quais o seu nome é mais facilmente

associado, é autor de um vasto conjunto de reconhecidos textos filosóficos. Assim, num dicionário sectorial, como o de Huisman (1993), sobre as mil obras-chave da Filosofia, Proudhon é creditado com cinco entradas, devidamente desenvolvidas.

Em qualquer caso, e até por insuficiência do subscritor da recensão, esta irá concentrar-se, em primeiro lugar, em aspectos genéricos, depois, no aprofundamento de matérias mais vincadamente económicas, nomeadamente a dos recursos de uso comum.

“*Proudhon Contemporain*” aborda questões fundamentais do seu pensamento, de impressionante diversidade e de viva complexidade, como, no âmbito da Política, a anarquia, o papel do Estado, direitos do homem, justiça, secularização, guerra, utopia e federalismo ou, mais no domínio económico, a propriedade. Todas elas continuam, sem dúvida, a ser de importância primordial nas preocupações dos nossos dias, como Jourdain documenta, confrontando as suas ideias com as de autores mais próximos de nós, munidos de prismas mais actualizados, sobretudo filósofos, sociólogos, politólogos, como Arendt, Castoriadis, Freund, Gurvitch, Mouffe, Rawls, Ricoeur, Schmitt... ou ainda com transcrições literárias de Camus, Dostoiévski ou Sófocles (3).

Aproveite-se para se referir que a sua extensa bibliografia, “*literatura secundária*” (para a distinguir das obras de Proudhon), raramente recorre às edições originais em línguas estrangeiras. Em bem mais de uma centena de títulos elencados, os textos nestas circunstâncias não ultrapassam os dedos de uma mão (e, por vezes, as datas das traduções francesas são bastantes posteriores).

Jourdain (2018) destaca um traço comum no tratamento conferido por Proudhon aos diferentes temas analisados: o seu carácter inovador, pioneiro, longe de qualquer dogmatismo, isolado, desenquadrado dos campos ideológicos do seu tempo, repudiando e visando ultrapassar quer o capitalismo e o mercado, quer o comunismo e o Estado, através da construção de uma terceira via.

Eles são desenvolvidos ao longo de 16 capítulos, dos quais metade são ensaios já anteriormente publicados, numa primeira versão, em revistas ou obras colectivas. Esta mescla terá contribuído para uma certa deterioração da homogeneidade e da lógica sequencial na economia geral do livro.

O Autor exhibe um conhecimento muito profundo das palavras de Proudhon e dos seus “dialogantes” e consegue inseri-las, de forma clara e integrada, no seu próprio discurso, sem soluções de continuidade, para além da interrupção, pelo menos visual, da numeração das múltiplas referências bibliográficas e notas de pé de página.

A multiplicidade de temas e de conceitos teria aconselhado que a obra estivesse municiada de um índice remissivo suficientemente detalhado para facilitar o trabalho de quem esteja empenhado (4) em concatenar as discussões espalhadas ao longo de três centenas de densas páginas. À consideração dos responsáveis por uma eventual segunda edição.

Esse verdadeiro “*kaléidoscope de problématiques*” (Jourdain, 2018, Pg. 7) converge para uma defesa cerrada do Federalismo, expressão política do pluralismo, que permite o equilíbrio dos poderes e dos contra-poderes. Nesse sentido, recorde-se que Proudhon advogou repetidas vezes, com tenacidade, um federalismo integral, simultaneamente político e económico, nas suas distintas vertentes, para corresponder à heterogeneidade territorial e funcional das sociedades.

Como escreve Jourdain (2018, Pg. 213), Proudhon defende que, universalmente aplicado, esse federalismo ambivalente, completo, distinto do hamiltoniano, puramente político, é a única forma de se poder, numa reconstruída ordem mundial, garantir a paz, no respeito pelas soberanias particulares, determinadas por uma pluralidade irredutível.

Pensamos que uma tentativa de Jourdain para ilustrar a aplicação dessa arquitectura ao conturbado espaço polifacetado da União Europeia teria sido bem oportuna, constituindo uma mais-valia adicional da obra, em termos de robustecer a sua tese sobre a contemporaneidade do pensamento de Proudhon.

Aprofundando os temas mais económicos, note-se que, na apresentação da obra, o acesso ao crédito está inscrito na lista das interrogações de Proudhon a que importa responder. Promessa não cumprida. O leitor interessado nesse tópico poderá, por exemplo, consultar a secção “*Crédito gratuito*” de Rapaz (2010, Pg. 241/2) para uma breve discussão do que Schumpeter (1983, II, Pg. 113) entende ter sido a grande ideia de Proudhon, através do proposto “*banque d’échange*” ou “*banque du peuple*”. Outro ponto a considerar em futura impressão.

Refira-se ainda que, alheio à temática proudhoniana (mas, relevante para os economistas em geral), Jourdain (2018, Pg. 64/65) tece curiosas considerações étimo-religiosas sobre a ancestralidade da designação “*Economia*” no primitivo mundo cristão. Localiza o termo “*Oikonomia*” em S.Paulo, no sentido de uma tarefa, de uma missão de anúncio do Evangelho, mas também de concretização da almejada Redenção. Apoiado em apropriada literatura confessional, defende a articulação da Economia com a Teologia, a relação entre a racionalidade económica e a racionalidade teológica, ambas em ligação com o Governo do Mundo (a nossa “*Casa*”, num regresso ao seu inicial significado helénico, acrescentaríamos nós).

Desde a sua estrondosa resposta, quando ainda jovem, perguntou “*O que é a propriedade?*” (Proudhon, 1840), até à mensagem apaziguadora, publicada postumamente, na sua madura “*Teoria da Propriedade*” (Proudhon, 1866), Proudhon sempre se manifestou muito interessado na questão da propriedade e na sua dimensão eminentemente política: “*La question sociale tout entière se resume pour nous dans la propriété*” (Proudhon, 1866, Pg. 1). (5) Recorde-se, de passagem, com Jourdain (2018, Pg.5/6), que essa sua análise crítica mereceu de Marx – antes da ruptura acima relembra – o qualificativo de “*científica*”.

Nesta recensão, iremos concentrar a nossa atenção na gestão dos recursos

de uso comum (bens comunais). Jourdain (2018, Pg. 129/142) consagra-lhe todo um Capítulo, “*Le principe de l'égalité dans le gouvernement de la propriété* », em cuja introdução logo invoca os trabalhos de Elinor Ostrom e reproduz o seu exemplo inicial, que recorria à teoria dos jogos e ao dilema do prisioneiro (Ostrom, 1990).

Complementando Jourdain, tenha-se presente que, no comunicado revelador da atribuição do chamado prémio Nobel da Economia a Ostrom (6), em 2009, ele é justificado pela sua análise da governança económica, especialmente dos bens comunais, desafiando a sabedoria convencional, documentando como a propriedade local pode ser gerida com sucesso “*by local commons without any regulation by central authorities or privatization*” (Nobel Prize, 2009).

Seguindo Proudhon, e como desenvolvido em Ostrom (1990), ela está mais interessada na cooperação do que na confrontação ou concorrência, aqui, em particular, como via para se conseguir uma gestão apropriada dos bens comunais, mais eficiente e sustentável no longo prazo. E para o conseguir, adopta, como ele, uma abordagem multidisciplinar, beneficiando da contribuição de outros ramos do conhecimento, em particular da Ciência Política.

Jourdain (2018) poderia ter acrescentado que, significativamente, o seu “*Nobel Speech*” intitula-se “*Beyond Markets and State: Polycentric Governance of Complex Economic Systems*”, cuja ideia força parece ter sido recolhida directamente em Proudhon. Ambos recusam a redução ideológica do real à mão invisível ou ao demasiado visível Leviatã. Ostrom Insiste numa governança dos “*commons*”, concretizada na voluntária gestão cooperativa dos interessados (“*stakeholders*”), independente da intervenção do mercado e do Estado, isto é, repudiando as “*únicas*” soluções habituais.

Claro que a institucionalização evolutiva desta terceira via para a acção colectiva e dos seus procedimentos deve respeitar cuidadosamente as características das comunidades envolvidas e dos recursos a gerir, sempre no quadro de uma busca incessante da aplicação dos princípios de igualdade e justiça. Proudhon ficaria satisfeito ao sentir-se assim tão bem acompanhado.

Concluindo

Reflexo da sua postura primordialmente anarquista, Proudhon mostra-se muito sensível à imperfeição do Homem. Por conseguinte, pretende protegê-lo contra os perigos do poder autoritário, seja dos mercados, seja do Estado.

Pensando em Marx e Proudhon, Jourdain (2018, Pg. 249) fala da « *tragédie qui consiste pour ceux qui sont le mieux armés conceptuellement à l'emporter sur ceux que ont raison devant l'Histoire* ». Felizmente que, continua, a genial intuição de Proudhon, mesmo, às vezes, com alguma falta de rigor reflexivo, permitiu alimentar uma luta contra as ideologias dominantes nos últimos dois séculos,

o liberalismo e o marxismo, contribuindo para a formulação de novos sistemas políticos que as ultrapassem, caminhando para um libertário federalismo integral.

Concordamos, seguramente, com Jourdain (2018, Pg.5), quando afirma: “*La redécouverte de la pensée de Proudhon est stimulante et enrichissante* ». Sobretudo, acrescentamos ainda, para os que de Proudhon só conhecem o que dizem dele e não o que ele próprio escreveu!

Notas

- (1) Rapaz (2010) assinala o “*bicentenário esquecido*” ... de Proudhon.
- (2) Rapaz (2010) analisa, criticamente, esta qualificação: será Proudhon mais utópico que Marx? E Rapaz (2017) insere esse debate no contexto da celebração do meio-milénio da “*Utopia*” de More.
- (3) A referência à “*Antígona*” poderia ter sido aproveitada para veicular a informação de que se entende que, nessa tragédia, se registou a mais antiga utilização do termo *anarquia*: “*Não há calamidade maior do que a anarquia*” (Sófocles (2012, Pg. 80); Pereira (2012, Pg. 125).
- (4) Como o autor da presente recensão.
- (5) Posição posteriormente acolhida pelos institucionalistas, com destaque para os americanos, nomeadamente Douglass North e os seus “*property rights*”.
- (6) Única galardoada com esse Prémio: os responsáveis pela atribuição da distinção aparentam que não têm seguido as posições de Mill (1869) sobre “*the subjection of women*”. Registe-se alguma atenuação desta desigualdade em conhecida escolha de “*fifty key books-Economics Classics*”: Ostrom está acompanhada por mais cinco Autoras (Butler-Bowdon, 2017).

Referências Bibliográficas

- BUTLER-BOWDON, Tom (2017), *50 Economics Classics*, Londres, Nicholas Brealey.
- HUISMAN, Denis (1993), *Dictionnaire des Mille Oeuvres Clés de la Philosophie*, Paris, Éditions Nathan.
- JOURDAIN, Édouard (2018), *Proudhon Contemporain*, Paris, CNRS Éditions.
- MILL, John Stuart (1869), *The Subjection of Women*, Londres, Longman.
- NOBEL PRIZE (2009), *Elinor Ostrom – Facts*, www.Nobelprize.org.
- OSTROM, Elinor (1990), *Governing the Commons: the Evolution of Institutions for Collective Action*, Nova Iorque, Cambridge University Press.
- PEREIRA, Maria (2012), *Introdução, versão do grego e notas*, em Sófocles (2012).
- PROUDHON, Pierre-Joseph (1840), *Qu'est-ce que c'est la propriété ? ou recherches sur*

- le principe du droit et du gouvernement*, Edição electrónica, Jean-Marie Tremblay, Chicoutimi, Cégep, Université du Quebec (2002).
- PROUDHON, Pierre-Joseph (1866), *Théorie de la Propriété*, Paris, L'Harmattan (1997).
- RAPAZ, Virgílio (2010), *Pierre-Joseph Proudhon :bicentenário esquecido*, Economia & Empresa, n.º 10.
- RAPAZ, Virgílio (2017), *Meio Milénio de "Utopia": Economia na "Utopia" e Utopia na Economia*, Economia & Empresa, n.º 21.
- SCHUMPETER, Joseph (1954). *History of Economic Analysis*, Oxford, Oxford University Press. Versão francesa, *Histoire de l'analyse économique*, Paris, Gallimard (1983).
- SÓFOCLES (2012), *Antígona*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.